



**MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

Data: 28 e 29 de outubro de 2015.

Local: Secretaria Especial de Direitos Humanos – SCS-B, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A.

Participantes: Conforme anexo I

Pauta: Conforme anexo II

Ausências justificadas: Edinaldo Cesar Junior, representante titular pela AMB; Ricardo Araújo, representante suplente pela AMB.

1) Acompanhamento do caso Fundação Casa

O CNPCT ouviu os representantes da Presidência da Fundação Casa, da Corregedoria da Fundação Casa, da Defensoria Pública do estado de São Paulo, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, do Ministério Público Federal, da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Estiveram presentes igualmente representantes do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais, da Defensoria Pública da União, do Conselho Nacional de Justiça, da Comissão de Direitos Humanos da Associação de Magistrados Brasileiros e da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Após um extenso diálogo sobre o caso da Fundação Casa – Guaianazes I, com ampla participação dos membros do CNPCT, houve convergência sobre o caráter nacional de problemas enfrentados em socioeducativos no que tange à prevenção e combate à tortura e sobre a decorrente necessidade de dar seguimento a esta pauta em reuniões futuras.

Salientou-se a importância de engajar a Justiça do Trabalho na discussão sobre o caso.

A representante do CONANDA destacou a relevância de o Conselho e o CNPCT trabalharem conjuntamente. Informou que encaminhará um convite para o CNPCT participar da próxima Assembleia do CONANDA.

2) Apresentação de recomendações e orientações ao Conselho Nacional de Justiça para estudo/pesquisa sobre tema de funcionários denunciados por prática de tortura, afastados ou demitidos, que acabam sendo reinseridos por determinação da justiça do trabalho.

A representante titular pelo IBCCRIM, Gorete Marques, fez apresentação da minuta de Recomendação.

Os membros do CNPCT apresentaram três propostas de acréscimos de texto.

Acordou-se que os membros terão 10 (dez) dias úteis para enviar por escrito suas sugestões de emenda. O representante suplente pela Pastoral Carcerária, Paulo Malvezzi, deixou o registro da sua preferência em aprovar o documento já nesta sessão ordinária.

Entregou-se cópia da minuta de Recomendação ao representante do CNJ.

Pactuou-se buscar articular uma agenda de trabalho com o CNJ acerca dos temas da minuta de Recomendação.

Manifestou-se expectativa de dar seguimento ao diálogo com o CNJ a esse respeito na próxima reunião ordinária.

3) Apresentação dos Relatórios Circunstanciados das visitas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura a Santa Catarina e São Paulo.

As peritas e os peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura apresentaram os relatórios circunstanciados das visitas aos estados de Santa Catarina e São Paulo.

O MNPCT entregou um informe sobre a visita ao DF, que a CGCNPCT distribuirá aos membros do CNPCT.

Acordou-se a realização de encontro temático com o MNPCT na próxima reunião ordinária. Os temas serão definidos no período intersessional em contato com a Mesa Diretora.

4) Aprovação da Recomendação do CNPCT sobre a importância do respeito aos parâmetros estabelecidos pelo Protocolo de Istambul e Protocolo Brasileiro de Perícia Forense nas apurações de crime de tortura.

O CNPCT aprovou a Recomendação nº 001 sobre a importância do respeito aos parâmetros estabelecidos pelo Protocolo de Istambul e Protocolo Brasileiro de Perícia Forense nas apurações de crime de tortura.

O CNPCT acordou aprofundar a discussão mediante a realização de consultas amplas sobre o tema, incluindo o convite a peritos criminais.

5) Organização dos trabalhos

Deliberou-se pela suspensão dos trabalhos das Comissões Temáticas, mantendo o Planejamento Estratégico. Um turno de cada reunião plenária será dedicado a uma meta prioritária do planejamento estratégico. Na próxima reunião ordinária será tratada em plenário a definição de estratégias para estimular a criação/instalação/fortalecimento de comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura.

Decidiu-se manter como ponto de pauta permanente nas reuniões ordinárias o diálogo com o MNPCT.

O CNPCT considerou que Carlos Gilberto Pereira, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, é merecedor de ser agraciado com o Prêmio Direitos Humanos 2015 na categoria Prevenção e Combate à Tortura.

6) Nota Pública

O CNPCT aprovou nota de repúdio à homenagem póstuma ao coronel Ustra. A CGCNPCT providenciará sua publicação.

7) Visita do Subcomitê das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura

O CNPCT recebeu o chefe da delegação e o vice-presidente do SPT/ONU os quais informaram que visitaram os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Amazonas e Distrito Federal. Expuseram a metodologia de trabalho do SPT e dispuseram-se a cooperar com o CNPCT para a prevenção à tortura no Brasil.

8) Aprovação de Recomendação do CNPCT sobre o papel fiscalizatório da Defensoria Pública e demais órgãos de defesa dos direitos dos adolescentes em unidades de internação socioeducativas.

O CNPCT acordou incluir esse item na agenda da próxima reunião ordinária.